

Freguesias

12. Contratos Interadministrativos de delegação de competências a Freguesias.

Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as minutas dos contratos interadministrativos de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar com as seguintes freguesias:

- a) Junta de Freguesia de Esporões**, para execução da obra denominada “Reestruturação da drenagem das águas pluviais na Rua Fonte das Nogueiras”, no valor de 6.154,89€.
- b) Junta de Freguesia de Esporões**, para execução da obra denominada “Reestruturação da drenagem das águas pluviais na Rua das Boucinhas”, no valor de 3.286,93€.
- c) Junta de Freguesia de Esporões**, para execução da obra denominada “Intervenção para instalação de ecopontos”, no valor de 2.120,00€.
- d) Junta de Freguesia de Tebosa**, para execução da obra denominada “Reforço de verba - Coletor de águas pluviais junto à Igreja de Tebosa”, no valor de 36 064,68€.
- e) União de Freguesias de Morreira e Trandeiras**, para execução da obra denominada “Requalificação do pavilhão gimnodesportivo da Morreira”, no valor de 44.792,31€.
- f) União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves**, para execução de “Honorários/Projeto – Requalificação da Rua do Assento - Gondizalves”, no valor de 9.225,00€.

- g) Junta de Freguesia de Figueiredo**, para execução da obra denominada “Requalificação e Alargamento da Rua das Candieiras”, no valor de 113.641,91€.
- h) União de Freguesias de Guisande e Oliveira (S. Pedro)**, para execução de “Honorários/Projeto - Requalificação e Alargamento da Rua da Floresta – Guisande”, no valor de 6 205,00€.
- i) União de Freguesias de Vilaça e Fradelos**, para execução da obra denominada “Reconstrução de muro de suporte na Rua do Assento”, no valor de 3 600,00€.
- j) Junta de Freguesia ed Adaúfe**, para execução da obra denominada “Requalificação do ringue de Adaúfe”, no valor de 35 371,08€.
- k) Junta de Freguesia de Sobreposta**, para execução da obra denominada “Reparação da conduta de águas pluviais e das nascentes que abastecem os fontanários da freguesia - Rua do Cruzeiro”, no valor de 7.793,12€.
- l) Junta de Freguesia de Padim da Graça**, para execução da obra denominada “Requalificação da Piscina de Padim da Graça”, no valor de 82 228,18€.

Tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

PROPOSTA

Considerando que:

1. A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
2. O município, por força do disposto no n.º 2, do artigo 23.º, da referida Lei n.º 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, da promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º do mesmo diploma legal;
3. Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos da mesma Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 1, do artigo 29º, da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial, no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
4. De acordo com a experiência que tem sido adquirida, esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
5. Por força do disposto na alínea l), do n.º 1, do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i), do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a **Junta de Freguesia de Esporões** o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, cuja minuta se anexa, com vista à execução da obra denominada: «**Reestruturação da drenagem das águas pluviais na Rua Fonte das Negreiras**»;
6. Que, nessa sequência, a Freguesia apresentou um orçamento para a execução da obra, no valor de **6.154,89€**, incluído IVA que foi validado pela DCTAF/DMOSM;
7. Que, pelo presente, o Município delega na **Junta de Freguesia de Esporões** a competência e a responsabilidade pela contratação, fiscalização e execução da mencionada obra, transferindo, para o efeito, uma verba de **6.154,89€** com IVA incluído.
8. A ser aprovada a verba em apreço, será paga mediante autos de medição (sem prejuízo da disponibilização dos demais documentos) e a apresentação da respetiva fatura, nos termos e nas condições do contrato interadministrativo, cuja minuta se anexa.

9. A concretização da delegação de competências, materializada na presente proposta, respeita os princípios estabelecidos no art.º 29º, nº 3 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º da citada Lei nº 75/2013.

PROPONHO:

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação de competências na **Junta de Freguesia de Esporões** para a realização das obras acima referidas, transferindo uma verba de **6.154,89€ (seis mil, cento e cinquenta e quatro euros e oitenta e nove cêntimos)** ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, tudo nos termos e nas condições constantes do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, cuja minuta se anexa.

Braga, 5 de Abril de 2024

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(Dr. Ricardo Rio)

PROPOSTA

Considerando que:

1. A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
2. O município, por força do disposto no n.º 2, do artigo 23.º, da referida Lei n.º 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, da promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º do mesmo diploma legal;
3. Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos da mesma Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 1, do artigo 29º, da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial, no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
4. De acordo com a experiência que tem sido adquirida, esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
5. Por força do disposto na alínea l), do n.º 1, do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i), do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a **Junta de Freguesia de Esporões** o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, cuja minuta se anexa, com vista à execução da obra denominada: «**Reestruturação da drenagem das águas pluviais na Rua das Boucinhas**»;
6. Que, nessa sequência, a Freguesia apresentou um orçamento para a execução da obra, no valor de **3.286,93€**, incluído IVA que foi validado pela DCTAF/DMOSM;
7. Que, pelo presente, o Município delega na **Junta de Freguesia de Esporões** a competência e a responsabilidade pela contratação, fiscalização e execução da mencionada obra, transferindo, para o efeito, uma verba de **3.286,93€** com IVA incluído.
8. A ser aprovada a verba em apreço, será paga mediante autos de medição (sem prejuízo da disponibilização dos demais documentos) e a apresentação da respetiva fatura, nos termos e nas condições do contrato interadministrativo, cuja minuta se anexa.

9. A concretização da delegação de competências, materializada na presente proposta, respeita os princípios estabelecidos no art.º 29º, nº 3 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º da citada Lei nº 75/2013.

PROPONHO:

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação de competências na **Junta de Freguesia de Esporões** para a realização das obras acima referidas, transferindo uma verba de **3.286,93€ (três mil, duzentos e oitenta e seis euros e noventa e três cêntimos)** ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, tudo nos termos e nas condições constantes do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, cuja minuta se anexa.

Braga, 5 de Abril de 2024

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(Dr. Ricardo Rio)

PROPOSTA

Considerando que:

1. A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
2. O município, por força do disposto no n.º 2, do artigo 23.º, da referida Lei n.º 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, da promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º do mesmo diploma legal;
3. Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos da mesma Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 1, do artigo 29º, da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial, no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
4. De acordo com a experiência que tem sido adquirida, esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
5. Por força do disposto na alínea l), do n.º 1, do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i), do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a **Junta de Freguesia de Esporões** o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, cuja minuta se anexa, com vista à execução da obra denominada: «**Intervenção para instalação de ecopontos**»;
6. Que, nessa sequência, a Freguesia apresentou um orçamento para a execução da obra, no valor de **2.120,00€**, incluído IVA que foi validado pela DCTAF/DMOSM;
7. Que, pelo presente, o Município delega na **Junta de Freguesia de Esporões** a competência e a responsabilidade pela contratação, fiscalização e execução da mencionada obra, transferindo, para o efeito, uma verba de **2.120,00€** com IVA incluído.
8. A ser aprovada a verba em apreço, será paga mediante autos de medição (sem prejuízo da disponibilização dos demais documentos) e a apresentação da respetiva fatura, nos termos e nas condições do contrato interadministrativo, cuja minuta se anexa.

9. A concretização da delegação de competências, materializada na presente proposta, respeita os princípios estabelecidos no art.º 29º, nº 3 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º da citada Lei nº 75/2013.

PROPONHO:

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação de competências na **Junta de Freguesia de Esporões** para a realização das obras acima referidas, transferindo uma verba de **2.120,00€ (dois mil, cento e vinte euros)** ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, tudo nos termos e nas condições constantes do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, cuja minuta se anexa.

Braga, 5 de Abril de 2024

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(Dr. Ricardo Rio)

**PROPOSTA DE ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO CELEBRADO EM
18/05/2017**

Considerando que:

1. Em 18 de Maio de 2017 foi celebrado, após aprovação dos órgãos, um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, entre o Município e a Junta de Freguesia de Tebosa, para contratação, fiscalização e execução da obra de «**Coletor de águas pluviais junto à Igreja de Tebosa**»;
2. Para a prossecução do objeto definido no número anterior, foi concedida pelo Município à Freguesia, uma verba inicial de 57 174,28€ (cinquenta e sete mil, cento e setenta e quatro euros e vinte e oito cêntimos);
3. Sem prejuízo do disposto no considerando anterior, o número 3 da cláusula 6ª do contrato, estabelece que o *“montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentada e justificada, objeto de acertos financeiros”*;
4. Foi reportado pela Freguesia ao Município, a necessidade de ajustar o valor inicialmente contratualizado, sendo necessário um reforço da verba inicialmente aprovada;
5. Os técnicos responsáveis da C.M.B. confirmaram e validaram a presente informação, conforme documentos anexos;
6. Validando assim a verba de **36 064,68€** (trinta e seis mil e sessenta e quatro euros e sessenta e oito cêntimos- IVA incluído), a atribuir;

Assim sendo,

PROPONHO:

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a minuta de aditamento ao Contrato Interadministrativo referido, que se anexa.

Braga, 28 de Março de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga,

(Dr. Ricardo Rio)

PROPOSTA

Considerando que:

1. A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
2. O município, por força do disposto no n.º 2, do artigo 23.º, da referida Lei n.º 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, da promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º do mesmo diploma legal;
3. Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos da mesma Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 1, do artigo 29º, da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial, no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
4. De acordo com a experiência que tem sido adquirida, esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
5. Por força do disposto na alínea l), do n.º 1, do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i), do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a **União de Freguesias de Moreira e Trandeiras** o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, cuja minuta se anexa, com vista à execução da obra denominada: «**Requalificação do pavilhão gimnodesportivo da Moreira**»;
6. Que, nessa sequência, a Freguesia apresentou um orçamento para a execução da obra, no valor de **44.792,31€**, incluído IVA que foi validado pela DCTAF/DMOSM;
7. Que, pelo presente, o Município delega na **União de Freguesias de Moreira e Trandeiras** a competência e a responsabilidade pela contratação, fiscalização e execução da mencionada obra, transferindo, para o efeito, uma verba de **44.792,31€** com IVA incluído.
8. A ser aprovada a verba em apreço, será paga mediante autos de medição (sem prejuízo da disponibilização dos demais documentos) e a apresentação da respetiva fatura, nos termos e nas condições do contrato interadministrativo, cuja minuta se anexa.

9. A concretização da delegação de competências, materializada na presente proposta, respeita os princípios estabelecidos no art.º 29º, nº 3 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º da citada Lei nº 75/2013.

PROPONHO:

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação de competências na **União de Freguesias de Morreira e Trandeiras** para a realização das obras acima referidas, transferindo uma verba de **44.792,31€ (quarenta e quatro mil, setecentos e noventa e dois euros e trinta e um cêntimos)** ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, tudo nos termos e nas condições constantes do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, cuja minuta se anexa.

Braga, 10 de Abril de 2024

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(Dr. Ricardo Rio)

PROPOSTA

Considerando que:

1.- A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - O MUNICÍPIO, por força do disposto no n.º 2 do artigo 23.º da referida Lei n.º 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal;

3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 1, do artigo 29º da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

4 - De acordo com a experiência que tem adquirida, esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;

5. Que, por força do disposto na alínea l), do n.º 1, do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i), do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a **Junta de Freguesia de Ferreiros e Gondizalves** o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, cuja minuta se anexa, com vista à execução do Projeto denominado: «**Honorários/Projeto – Requalificação da Rua do Assento - Gondizalves**»

6. Que, nessa sequência, a Freguesia apresentou um orçamento para a execução do projeto, no valor de **9.225,00€ (nove mil, duzentos e vinte e cinco euros)**, que foi validado pela Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias/DMOSM;

7. Que, pelo presente, o Município delega na **Freguesia de Ferreiros e Gondizalves** a competência e a responsabilidade pela contratação e execução do mencionado projeto, transferindo, para o efeito, uma verba de **9.225,00€ (nove mil, duzentos e vinte e cinco euros)** com IVA incluído.

8. A ser aprovada a verba em apreço, será paga mediante a apresentação da respetiva fatura, nos termos e nas condições do contrato interadministrativo, cuja minuta se anexa.

9. A concretização da delegação de competências, materializada na presente proposta, respeita os princípios estabelecidos no art.º 29º, nº 3 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º da citada Lei nº 75/2013.

PROPONHO:

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação de competências na **Junta de Freguesia de Ferreiros e Gondizalves** para a realização do projeto da obra supra referida, transferindo uma verba de **9.225,00€ (nove mil, duzentos e vinte e cinco euros)**, ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, tudo nos termos e nas condições constantes do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, cuja minuta se anexa.

Braga, 10 de Abril de 2024

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(Dr. Ricardo Rio)

PROPOSTA

Considerando que:

1. A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
2. O município, por força do disposto no n.º 2, do artigo 23.º, da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, da promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º do mesmo diploma legal;
3. Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos da mesma Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 1, do artigo 29º, da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial, no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
4. De acordo com a experiência que tem sido adquirida, esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
5. Por força do disposto na alínea l), do n.º 1, do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i), do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a **Junta de Freguesia de Figueiredo** o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, cuja minuta se anexa, com vista à execução da obra denominada: **«Requalificação e Alargamento da Rua das Candieiras»;**
6. Que, nessa sequência, a Freguesia apresentou um orçamento para a execução da obra, no valor de **113.641,91€**, incluído IVA que foi validado pela DCTAF/DMOSM;
7. Que, pelo presente, o Município delega na **Junta de Freguesia de Figueiredo** a competência e a responsabilidade pela contratação, fiscalização e execução da mencionada obra, transferindo, para o efeito, uma verba de **113.641,91€** com IVA incluído.
8. A ser aprovada a verba em apreço, será paga mediante autos de medição (sem prejuízo da disponibilização dos demais documentos) e a apresentação da respetiva fatura, nos termos e nas condições do contrato interadministrativo, cuja minuta se anexa.

9. A concretização da delegação de competências, materializada na presente proposta, respeita os princípios estabelecidos no art.º 29º, nº 3 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º da citada Lei nº 75/2013.

PROPONHO:

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação de competências na **Junta de Freguesia de Figueiredo** para a realização das obras acima referidas, transferindo uma verba de **113.641,91€ (cento e treze mil, seiscentos e quarenta e um euros e noventa e um cêntimos)** ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, tudo nos termos e nas condições constantes do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, cuja minuta se anexa.

Braga, 10 de Abril de 2024

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(Dr. Ricardo Rio)

PROPOSTA

Considerando que:

1.- A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - O MUNICÍPIO, por força do disposto no n.º 2 do artigo 23.º da referida Lei n.º 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal;

3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 1, do artigo 29º da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

4 - De acordo com a experiência que tem adquirida, esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;

5. Que, por força do disposto na alínea l), do n.º 1, do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i), do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a **Junta de Freguesia de Guisande e Oliveira (S. Pedro)** o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, cuja minuta se anexa, com vista à execução do Projeto denominado: «**Honorários/Projeto – Requalificação e Alargamento da Rua da Floresta – Guisande**»

6. Que, nessa sequência, a Freguesia apresentou um orçamento para a execução do projeto, no valor de **6 205,00€ (seis mil, duzentos e cinco euros)**, que foi validado pela Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias/DMOSM;

7. Que, pelo presente, o Município delega na **Freguesia de Guisande e Oliveira (S. Pedro)** a competência e a responsabilidade pela contratação e execução do mencionado projeto, transferindo, para o efeito, uma verba de **6 205,00€ (seis mil, duzentos e cinco euros)** com IVA incluído.

8. A ser aprovada a verba em apreço, será paga mediante a apresentação da respetiva fatura, nos termos e nas condições do contrato interadministrativo, cuja minuta se anexa.

9. A concretização da delegação de competências, materializada na presente proposta, respeita os princípios estabelecidos no art.º 29º, nº 3 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º da citada Lei nº 75/2013.

PROPONHO:

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação de competências na **Junta de Freguesia de Guisande e Oliveira (S. Pedro)** para a realização do projeto da obra supra referida, transferindo uma verba de **6 205,00€ (seis mil, duzentos e cinco euros)**, ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, tudo nos termos e nas condições constantes do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, cuja minuta se anexa.

Braga, 11 de Abril de 2024

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(Dr. Ricardo Rio)

PROPOSTA

Considerando que:

1. A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
2. O município, por força do disposto no n.º 2, do artigo 23.º, da referida Lei n.º 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, da promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º do mesmo diploma legal;
3. Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos da mesma Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 1, do artigo 29º, da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial, no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
4. De acordo com a experiência que tem sido adquirida, esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
5. Por força do disposto na alínea l), do n.º 1, do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i), do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a **União de Freguesias de Vilaça e Fradelos** o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, cuja minuta se anexa, com vista à execução da obra denominada: **«Reconstrução de muro de suporte na Rua do Assento»**;
6. Que, nessa sequência, a Freguesia apresentou um orçamento para a execução da obra, no valor de **3 600,00€**, incluído IVA que foi validado pela DCTAF/DMOSM;
7. Que, pelo presente, o Município delega na **União de Freguesias de Vilaça e Fradelos** a competência e a responsabilidade pela contratação, fiscalização e execução da mencionada obra, transferindo, para o efeito, uma verba de **3 600,00€** com IVA incluído.
8. A ser aprovada a verba em apreço, será paga mediante autos de medição (sem prejuízo da disponibilização dos demais documentos) e a apresentação da respetiva fatura, nos termos e nas condições do contrato interadministrativo, cuja minuta se anexa.

CI 25/2024

9. A concretização da delegação de competências, materializada na presente proposta, respeita os princípios estabelecidos no art.º 29º, nº 3 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º da citada Lei nº 75/2013.

PROPONHO:

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação de competências na **União de Freguesias de Vilaça e Fradelos** para a realização das obras acima referidas, transferindo uma verba de **3 600,00€ (três mil e seiscentos euros)** ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, tudo nos termos e nas condições constantes do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, cuja minuta se anexa.

Braga, 11 de Abril de 2024

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(Dr. Ricardo Rio)

PROPOSTA

Considerando que:

1. A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
2. O município, por força do disposto no n.º 2, do artigo 23.º, da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, da promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º do mesmo diploma legal;
3. Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos da mesma Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 1, do artigo 29º, da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial, no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
4. De acordo com a experiência que tem sido adquirida, esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
5. Por força do disposto na alínea l), do n.º 1, do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i), do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a **Junta de Freguesia de Adaúfe** o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, cuja minuta se anexa, com vista à execução da obra denominada: «**Requalificação do ringue de Adaúfe**»;
6. Que, nessa sequência, a Freguesia apresentou um orçamento para a execução da obra, no valor de **35.371,08€**, incluído IVA que foi validado pela DCTAF/DMOSM;
7. Que, pelo presente, o Município delega na **Junta de Freguesia de Adaúfe** a competência e a responsabilidade pela contratação, fiscalização e execução da mencionada obra, transferindo, para o efeito, uma verba de **35.371,08€** com IVA incluído.
8. A ser aprovada a verba em apreço, será paga mediante autos de medição (sem prejuízo da disponibilização dos demais documentos) e a apresentação da respetiva fatura, nos termos e nas condições do contrato interadministrativo, cuja minuta se anexa.

9. A concretização da delegação de competências, materializada na presente proposta, respeita os princípios estabelecidos no art.º 29º, nº 3 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º da citada Lei nº 75/2013.

PROPONHO:

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação de competências na **Junta de Freguesia de Adaúfe** para a realização das obras acima referidas, transferindo uma verba de **35.371,08€ (trinta e cinco mil, trezentos e setenta e um euros e oito cêntimos)** ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, tudo nos termos e nas condições constantes do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, cuja minuta se anexa.

Braga, 12 de Abril de 2024

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(Dr. Ricardo Rio)

PROPOSTA

Considerando que:

1. A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
2. O município, por força do disposto no n.º 2, do artigo 23.º, da referida Lei n.º 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, da promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º do mesmo diploma legal;
3. Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos da mesma Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 1, do artigo 29º, da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial, no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
4. De acordo com a experiência que tem sido adquirida, esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
5. Por força do disposto na alínea l), do n.º 1, do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i), do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a **Junta de Freguesia de Sobreposta** o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, cuja minuta se anexa, com vista à execução da obra denominada: «**Reparação da conduta de águas pluviais e das nascentes que abastecem os fontanários da freguesia - Rua do Cruzeiro**»;
6. Que, nessa sequência, a Freguesia apresentou um orçamento para a execução da obra, no valor de **7.793,12€**, incluído IVA que foi validado pela DCTAF/DMOSM;
7. Que, pelo presente, o Município delega na **Junta de Freguesia de Sobreposta** a competência e a responsabilidade pela contratação, fiscalização e execução da mencionada obra, transferindo, para o efeito, uma verba de **7.793,12€** com IVA incluído.

8. A ser aprovada a verba em apreço, será paga mediante autos de medição (sem prejuízo da disponibilização dos demais documentos) e a apresentação da respetiva fatura, nos termos e nas condições do contrato interadministrativo, cuja minuta se anexa.

9. A concretização da delegação de competências, materializada na presente proposta, respeita os princípios estabelecidos no art.º 29º, nº 3 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º da citada Lei nº 75/2013.

PROPONHO:

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação de competências na **Junta de Freguesia de Sobreposta** para a realização das obras acima referidas, transferindo uma verba de **7.793,12€ (sete mil, setecentos e noventa e três euros e doze cêntimos)** ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, tudo nos termos e nas condições constantes do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, cuja minuta se anexa.

Braga, 16 de Abril de 2024

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(Dr. Ricardo Rio)

PROPOSTA

Considerando que:

1. A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
2. O município, por força do disposto no n.º 2, do artigo 23.º, da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, da promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º do mesmo diploma legal;
3. Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos da mesma Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 1, do artigo 29º, da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial, no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
4. De acordo com a experiência que tem sido adquirida, esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
5. Por força do disposto na alínea l), do n.º 1, do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i), do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a **Junta de Freguesia de Padim da Graça** o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, cuja minuta se anexa, com vista à execução da obra denominada: **«Requalificação da Piscina de Padim da Graça»**;
6. Que, nessa sequência, a Freguesia apresentou um orçamento para a execução da obra, no valor de **82.228,18€**, incluído IVA que foi validado pela DCTAF/DMOSM;
7. Que, pelo presente, o Município delega na **Junta de Freguesia de Padim da Graça** a competência e a responsabilidade pela contratação, fiscalização e execução da mencionada obra, transferindo, para o efeito, uma verba de **82.228,18€** com IVA incluído.
8. A ser aprovada a verba em apreço, será paga mediante autos de medição (sem prejuízo da disponibilização dos demais documentos) e a apresentação da respetiva fatura, nos termos e nas condições do contrato interadministrativo, cuja minuta se anexa.

9. A concretização da delegação de competências, materializada na presente proposta, respeita os princípios estabelecidos no art.º 29º, nº 3 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º da citada Lei nº 75/2013.

PROPONHO:

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação de competências na **Junta de Freguesia de Padim da Graça** para a realização das obras acima referidas, transferindo uma verba de **82.228,18€ (oitenta e dois mil, duzentos e vinte e oito euros e dezoito cêntimos)** ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, tudo nos termos e nas condições constantes do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, cuja minuta se anexa.

Braga, 16 de Abril de 2024

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(Dr. Ricardo Rio)